

Tempo, Memória e Virtude nos *Libri carolini*.

LUCY CAVALLINI BAJJANI GHOR

Tendo em vista o tema deste simpósio, *Tempo, Memória e Virtude na Idade Média*, decidimos aqui retomar o documento estudado em nossa pesquisa de doutoramento a partir de um ângulo diferente daquele proposto no citado trabalho, e fazer uma reflexão sobre como os carolíngios, em um tratado específico, os *libri carolini*, entenderam e o que escreveram sobre as leituras da Bíblia ou de testemunhos patrísticos feitas em Bizâncio.

Os *libri carolini* foram escritos por letrados da corte de Carlos Magno († 814) em nome do rei, em fins do século VIII, e tiveram como principal motivação as decisões tomadas em um concílio convocado no Oriente pela imperatriz Irene (797-802), realizado em 787, que ficou conhecido por Nicéia II. A convocação do sínodo tinha por objetivo discutir o iconoclasmo que havia sido instaurado em Bizâncio em 726 pelo então imperador Leão III e restabelecer o culto de imagens. Entre os anos 726 e 787, os imperadores Leão III e posteriormente seu filho, Constantino V, mantiveram uma política de hostilidade com relação às imagens sagradas, destruindo-as, proibindo seu culto e mesmo sua produção – o iconoclasmo será retomado em Bizâncio no ano 813 para ser definitivamente banido apenas em 843. As causas desta hostilidade foram analisadas de diferentes formas, desde a proximidade de Bizâncio com o islã, até a possibilidade de que o problema dos ícones tenha sido interno ao próprio cristianismo oriental, e foi no Oriente que a questão das imagens, que envolvia discussões não apenas políticas como teológicas, foi levantada e posta em debate por uma primeira vez em um concílio, o concílio Quinisexto, de 692.

Em 787, portanto, em Nicéia, governantes e religiosos se reuniram para restabelecer o culto de imagens como dogma da Igreja, tendo em vista que, de acordo com seu *horos*, alguns antes deles haviam perdido a razão, rejeitando os ornamentos das igrejas e, não podendo distinguir entre o sagrado e o profano, comparavam os ícones às imagens pagãs. Por serem contrários à decisão bizantina, ou seja, ao culto das imagens, os francos se manifestaram através do tratado que é objeto de nosso estudo. Ele é composto por quatro livros, que se constituem nas apresentações dos capítulos, seguidas

por sua explicação. Ao se oporem ao culto de imagens, os francos não apenas retomaram aquilo que havia sido dito e decidido em Nicéia II – uma cópia das atas do concílio foi recebida pela corte franca, o que explica a referência às discussões de Nicéia II – como retomam passagens bíblicas e de autoridades da Igreja para então explicar como, em seu ponto de vista, estas haviam sido usadas de forma errônea, para então sustentar sua posição.

O principal autor dos *libri carolini* foi Teodulfo de Orléans, teólogo visigodo oriundo da região de Zaragoza. Ele esteve entre os letrados da corte carolíngia, tendo sido promovido a bispo de Orléans em 798, e conquistado o lugar de conselheiro teológico de Carlos Magno após a morte de Alcuíno. O tratado parece ter sido elaborado por apenas um autor, visto que apresenta uniformidade de estilo, no entanto, aparentemente, após sua conclusão aconteceu uma leitura diante do próprio rei, que teria se manifestado em relação aos escritos, como observam os autores que se dedicaram ao estudo das notas tironicas que aparecem no manuscrito original. A autoria principal é atribuída a Teodulfo desde os estudos de Ann Freeman, cujo trabalho com o documento culminou em uma segunda edição do mesmo no século XX, publicada nos *Monumenta Germaniae Historica*. A autoria do tratado, que foi bastante discutida, foi atribuída ao letrado hispânico por Freeman graças ao contato que a autora teve com livros da liturgia hispânica, e aqui já podemos traçar um paralelo entre nosso documento e o tema deste seminário: apesar de outros autores, a exemplo de Arthur Allgeier e Hubert Bastgen – este último responsável pela primeira edição dos LC do século XX – terem anteriormente se dedicado à pesquisa da autoria do documento, esta não pôde ser comprovada até o estudo de Freeman. Isto aconteceu pois as passagens citadas por Teodulfo no tratado parecem ter sido feitas sem intermediários, ou seja, através da memória. Freeman consultou um manuscrito do século X, o *Antifonário de Leão*, comparando-o aos trechos que apareciam nos LC, e notou que os elementos da liturgia que eram acompanhados por música eram os que sofriam menores alterações, posto serem menos adaptáveis a elas, e que as passagens citadas por Teodulfo poderiam ser traçadas nas missas das catedrais hispânicas ou em celebrações da liturgia moçárabe, com as quais ele estaria habituado desde jovem. A autora afirmou que “fica óbvio o porquê de Bastgen e outros terem procurado em vão pelas fontes das mais enigmáticas citações dos LC nos trabalhos dos Pais, porque elas provêm, na verdade, não de fontes

patrísticas ou outras fontes, mas da memória de um espanhol expatriado”¹. Um outro elemento que determinou a autoria do tratado foi um estudo ortográfico de seu texto, que, de acordo com Freeman, apresentava “sintomas hispânicos”.

Uma segunda observação que pode ser feita dos LC com relação à questão do tempo e da memória na Idade Média, é o fato de que uma idéia, anterior ao próprio período medieval, mas que foi sistematizada pelo papa Gregório Magno (590-604) no século VII perpassa toda a obra. Esta idéia é a noção de *via media*. Tendo tido que lidar com o problema da destruição de imagens no Ocidente, o papa escreveu em uma carta, endereçada a um bispo de Marselha, e que foi retomada diversas vezes ao longo da Idade Média para reafirmar a possibilidade da existência de imagens sagradas, que as imagens não deveriam ser adoradas pelos fieis, mas também não deveriam ser destruídas. Gregório justifica sua posição explicando ao bispo Serenus que as imagens sagradas, entre outras funções, tinham um valor didático, servindo para a instrução dos iletrados. Se este valor didático não aparece nos LC, a noção de que as imagens não deveriam ser adoradas nem tampouco destruídas, por sua vez, está presente. Entre os francos, diferente dos Bizantinos, não existia um problema que concernisse às imagens; no entanto, eles não poderiam permitir que a elas fosse rendido um culto, como se fazia no Oriente, onde se saudava o ícone com uma tripla reverência, em seguida tocando-se o solo com a mão direita para depois se fazer o sinal da cruz, o que era conhecido por *proskyneses*, e após o que a imagem era beijada para que o fiel pudesse, por fim, falar com o santo, dirigindo-lhe orações. No século IX, o então imperador Michel II escreveu que às imagens também se fazia queimar velas, cantava-se salmos, e alguns as vestiam ou mesmo as faziam padrinhos ou madrinhas de seus filhos. Os carolíngios buscaram se afastar tanto do iconoclasmo bizantino, quanto da iconodulia ali praticada, e em seus escritos afirma-se que ambos, iconofilia e iconodulia se opõem aos escritos de Gregório Magno, que não teriam sido afirmados por nenhum dos dois lados que debatiam no Oriente.

A lógica de retomar os argumentos bizantinos para depois debate-los é usada em todo o tratado, com exceção de alguns capítulos, como, por exemplo, o capítulo VIII do livro um, onde Teodulfo explica a diferença entre imagem e similitude, recorrendo aos escritos de santo Agostinho. Teodulfo inicia o primeiro livro questionando algumas

¹ *Theodulf and the Libri Carolini*, página 689.

formulas orientais que haviam sido usadas na abertura do concílio, para em seguida retomar afirmações feitas em cartas trocadas entre o papa Adriano I (772-795) e Irene e Constantino VI (780-797), em nome de quem o concílio havia sido convocado, e explicar o porquê destas afirmações estarem erradas; no capítulo V do Livro I, o autor explica porque é um sacrilégio dar às Santas Escrituras sentido diferente daquele que elas têm, ajustando-as a sentidos que elas não têm, como haviam feito em seu sínodo os governantes e religiosos bizantinos. A partir do capítulo VII, no qual se escreve: *Porque não diz respeito às imagens aquilo que está escrito: Deus criou o homem à sua imagem e semelhança*, Teodulfo se dedica a expor os equívocos cometidos pelos gregos na interpretação da Bíblia. Todos os capítulos que seguem foram escritos com este mesmo propósito; podemos citar entre eles o capítulo XVIII, onde se questiona a comparação que havia sido feita em Nicéia II entre a Serpente de Bronze e as imagens sagradas, ou ainda o capítulo seguinte, no qual, novamente, se equipara os símbolos como a Tábua das Leis e os querubins que Deus havia mandado fazer para a Arca da Aliança, com as mesmas imagens. No último capítulo do mesmo livro, Teodulfo lança uma questão de cunho fundamentalmente teológico, ao escrever que não foi dito em favor das imagens que, *assim como ouvimos, assim também vimos*; a existência da imagem do Cristo, está diretamente relacionada à Encarnação, e muitas vezes os defensores de imagens acusaram seus destruidores de não crerem nela, pois, uma vez que o Cristo se fez carne e foi visto pelos homens, ele podia ser representado; entre os destruidores de imagens no entanto, se colocava a pergunta de qual das naturezas do Cristo era representada: caso fosse sua forma física, corria-se o risco de afirmar que suas naturezas divina e humana podiam ser separadas, caso fosse o Cristo Deus, o problema estava em afirmar que a natureza divina pudesse ser contida.

O segundo livro foi dedicado a corrigir os erros cometidos no concílio de 787 na leitura de Salmos e dos testemunhos patrísticos. Nos primeiros capítulos são retomadas afirmações feitas em Nicéia II a partir dos Salmos ou de outras passagens bíblicas, como no capítulo XI, onde aqueles que apóiam o restabelecimento da adoração de imagens teriam “estupidamente e pouco sabiamente” citado o profeta Isaias, que escreveu: *haverá um altar dedicado a Iahweh no meio do Egito*². Os próximos capítulos,

² Is 19, 19: Naquele dia, haverá um altar dedicado a Iahweh no meio do Egito e uma estrela consagrada a Iahweh junto da sua fronteira.

do XIII ao XX, são sobre os Pais da Igreja que foram citados no concílio de forma equivocada para sustentar as suas decisões. Entre aqueles citados estão o papa Silvestre, que teria oferecido a Constantino imagens dos apóstolos sem, no entanto, ter ordenado que fossem adoradas, Atanásio, bispo de Alexandria, santo Ambrosio, santo Agostinho e Gregório de Nissa. No capítulo XXIII, Teodulfo explica porque é contra os ensinamentos do papa Gregório (Magno) adorar ou quebrar imagens. Os capítulos seguintes são sobre os erros cometidos pelos gregos ao tentarem equiparar suas imagens com os símbolos que aparecem na Bíblia, como, por exemplo, a Arca da Aliança.

A partir da observação dos LC, podemos perceber a importância, não apenas dos testemunhos bíblicos em questões medievais, mas dos escritos dos Pais da Igreja. No Oriente, fosse qual fosse a posição, de iconodulio ou iconoclasta, a discussão estava pautada na verdade da Encarnação, nas heresias em que se incorria ao se pensar que o sagrado pudesse ser representado, e, principalmente nos escritos dos antepassados. Se cada concílio, iconoclasta ou aqueles reunidos para o restabelecimento do culto das imagens, anatematizou quem se posicionava de maneira contrária à sua, por outro lado, ambos buscavam legitimidade em seus Pais; no caso dos iconoclastas, uma das autoridades foi Eusébio de Cesaréia, que havia, em uma carta a Constância, irmã de Constantino o Grande, em resposta a seu pedido por uma imagem do Cristo, questionado-a com relação a qual imagem ela gostaria de ter, a verdadeira e imutável, ou a forma que Ele assumiu entre os homens. O concílio de 787, por sua vez, recorreu a autoridades a exemplo daquelas anteriormente citadas, ou ainda, e anatematizou iconoclastas, com o cuidado de manter intactas as memórias de Leão III e de Constantino V. Estes anátemas, tanto dos iconoclastas quanto dos iconodúlios, foram entendidos pelos carolíngios como uma volta contra os Pais e foram criticados nos LC III, 11: *Quão inútil e imprudentemente os gregos tentaram em seu sínodo anatematizar a Igreja católica, porque não adora as imagens(...)*³. Se os iconodúlios qualificam seus antepassados que tiveram, em 754, uma outra posição sobre a veneração de imagens, como heréticos, a eles se segue a acusação, eles são filhos de heréticos, e não podem definir os ensinamentos corretos, nem realizar um sínodo universal⁴.

³ Também os capítulos LC III, 17 e II, 31 discorrem sobre o tema.

⁴ H. BASTGEN, *Das Capitulare Karl d. Gr I*, página 643.

O estudo dos LC, portanto, nos permite observar um dos pontos de discussão deste simposio, ou seja, como se dava a prática de recolher, transformar e usar o passado, e como este passado era constantemente reconstruído ou reorganizado. As questões do presente apenas encontram legitimidade se sustentada pelas afirmações do passado, podendo esta última ser reapropriada e lida de acordo com os interesses e as preocupações do presente. Entre os carolíngios, são retomados os pensamentos de Gregório Magno, em especial, santo Agostinho, e outros Pais para que sua posição seja sustentada, e sem os quais, não seria possível fazê-lo, e a partir destes pensadores, entre outros, é desenvolvida uma análise crítica das leituras da Bíblia realizadas no Oriente, ou mesmo das leituras de autoridades da Igreja.